

O cuidado de si entre as práticas de objetivação e de subjetivação no empoderamento feminino¹

The care of the self among the practices of objectivation and subjectivation on women empowerment

Cássia Núbia de Carvalho²

Bruno Franceschini³

Resumo: Este texto tem por objetivo discutir, à luz dos Estudos Discursivos Foucaultianos, os modos pelos quais o cuidado de si se exerce em meios às práticas de poder, especialmente com relação à produção de subjetividade no âmbito dos discursos acerca do empoderamento feminino. Este objeto do discurso se mostra como uma possibilidade de análise nos discursos de gênero quando produz formas outras de subjetividade, permitindo aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade pela ética e pelo cuidado de si, ao mesmo tempo que materializam um processo de resistência aos discursos hetero(cis)normativos sobre sexualidade, sexo e gênero. Neste cenário, observa-se o enunciado de empoderamento como produtor de subjetividade e a sua relação com a emergência dos discursos de resistência que possibilitaram a produção de novas identidades tendo como efeito discursivo sujeitos constantemente modificados, possibilitando um espaço de reconhecimento identitário que operam as técnicas da ética e do cuidado de si.

Palavras-chave: Estudos Discursivos Foucaultianos; cuidado de si; subjetividade.

Abstract: The aim of this text is to discuss, in the light of Foucauldian Discursive Studies, the ways in which self-care is exercised in the midst of power practices, especially in relation to the production of subjectivity in the context of discourses on female empowerment. This object of discourse appears as a possibility for analysis in gender discourses when it produces other forms of subjectivity, allowing subjects to exercise practices of freedom through ethics and self-care, while at the same time materializing a process of resistance to hetero(cis)normative discourses on sexuality, sex and gender. In this scenario, we can see that empowerment is a producer of subjectivity and its relationship with the emergence of discourses of resistance that have made it possible to produce new identities, with the discursive effect of constantly changing subjects, enabling a space for identity recognition that uses the techniques of ethics and self-care

Keywords: Foucauldian Discursive Studies; care of the self; subjectivity.

Considerações iniciais

Por meio da língua, em seu funcionamento discursivo, categorizamos o mundo, produzimos novas discursividades e novas formas de subjetividade em determinado momento histórico. Sob a ótica foucaultiana, e nas condições históricas brasileiras, tomamos o empoderamento feminino como um objeto de discurso que possibilitou, na rede de enunciados no jogo das condições históricas de possibilidade, a emergência do discurso feminista para emancipação da mulher. Assim, a partir desse objeto de

¹ Este artigo apresenta parte de discussão da dissertação de mestrado “A constituição de dispositivo de empoderamento feminino: práticas de poder e de resistência”, defendida em 31 de agosto de 2021, no Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da Universidade Federal de Goiás.

² Orientadora Educacional - ULBRA/Colégio Antares. Mestre em Estudos da Linguagem pela Universidade Federal de Catalão (PPGEL-UFCAT). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4573609111993158>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3150-4020>. E-mail: cassiacarvalho1111@gmail.com.

³ Docente do Instituto de Estudos da Linguagem e do Programa de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem – Universidade Federal de Catalão (PPGEL-UFCAT). Doutor em Estudos Linguísticos pela Universidade Federal de Uberlândia (PPGEL-UFU). Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6500891852311652>. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1661-4835>. E-mail: bfranceschini@ufcat.edu.br.

investigação, no escopo dos discursos sobre diversidade de gêneros, a nós interessa a discussão teórica acerca das práticas de objetivação e subjetivação dos corpos marginalizados, no qual se operam as técnicas da ética e do cuidado de si, respondendo, tal qual o dispositivo nos escritos foucaultianos, à uma demanda histórica.

O sujeito, constituído no/pelo discurso, resultado de práticas discursivas que agenciam saberes e poderes e possibilitam a produção de discursos a partir de condições específicas, está inscrito em um jogo enunciativo que mobiliza a ordem do discurso. Desta forma, o objeto de discurso empoderamento, autoriza voz(es) às classes silenciadas, e possibilita a ruptura e a emergência dos discursos de resistência, transformando, assim, a sociedade conservadora binária, em espaço de pluralidade e diversidade, produzindo subjetividades outras e possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade e o exercício da ética do cuidado de si de suas existências.

É, portanto, no âmbito dessas discursividades, ainda que haja muito pelo o que lutar e conquistar, que buscaremos determinar como o objeto empoderamento feminino possibilitou a ruptura dos discursos de dependência da mulher e a emergência dos discursos sobre igualdade de gênero, além de aproximar o movimento feminista dos movimentos LGBTQIAP+ e sua relação com o surgimento de subjetividades outras, pois o termo empoderamento é contíguo aos discursos desses grupos, que defendem tanto a igualdade de gêneros quanto a diversidade de gêneros, construindo um sistema de cultura e crenças que possibilitaram a produção de novas formas de existência. Para Foucault (2019), o processo de subjetivação do sujeito move-se na direção de uma estética da existência, uma liberdade de dizer a verdade de si próprio, constituindo-se ética e moralmente. Um sujeito passível de transformação que se inventa e se organiza em torno da capacidade de modificar sua realidade, num processo de modificação de si, enquanto as práticas objetivadoras dizem respeito à tomada desse sujeito como um objeto de saber no campo das práticas discursivas.

Como ferramenta metodológica, utilizaremos o referencial teórico dos Estudos Discursivos Foucaultianos, embasando-nos, especialmente, em revisões bibliográficas de autores como Michel Foucault e Gilles Deleuze, de onde procederemos, em um primeiro momento, a uma análise discursiva orientados pela genealogia foucaultiana, em uma visada sob a ótica das relações de poder com o objetivo de refletir sobre como estas relações complexas de poder constituíram o objeto discursivo em análise. Na sequência, discutiremos o modo pelo qual se organizam as práticas do cuidado de si na produção

dessa subjetividade.

Práticas de poder e a objetivação e subjetivação em Michel Foucault

Como objeto discursivo de seu tempo, o empoderamento feminino postula dos princípios de construção identitária constituída pelos saberes dos discursos feministas de gênero e diversidade sexual. Ressaltamos que a difusão do termo empoderamento no Brasil está intrinsecamente associado aos movimentos feministas devido, principalmente, à ONU Mulheres, entidade agregada às Nações Unidas desde 2010, cujo objetivo é promover a igualdade entre homens e mulheres em todos os segmentos da sociedade, através de políticas de conscientização sobre gênero, considerando o fato de que tais movimentos são produtores e disseminadores das práticas de comportamento que foram ressignificadas dentro da sociedade contemporânea. Em especial para as ressignificações dos modos de subjetividades dos discursos de transgressão e de produção de outras existências. Os movimentos feministas denunciam as desigualdades de gêneros que, permeadas por relações de poder, legitimam determinadas categorias e colocam outras em posição de marginalidade e subordinação, como, por exemplo, aquelas que atendem às normatizações heterocisnormativas.

Os saberes difundidos sobre o comportamento de um sujeito baseado unicamente em sua condição biológica produzem exclusões sociais e perpetuam uma classe dominante que utiliza o sexo como instrumento de subjetivação, pois no escopo da produção de saberes sobre o sujeito, os discursos que fazem circular uma perspectiva biológica do sexo, atuam no processo de subjetivação de tal sujeito de modo a fazer circular enunciados de exclusão, perpetuando a hierarquização dos sexos. Conforme aponta Foucault (1999a), o processo de produção de subjetividade emerge da disseminação de saberes e das relações de poder presentes em uma sociedade, impondo técnicas de coerção, de disciplina e vigilância que moldam o comportamento de determinada época.

Desta forma, os movimento feministas tem se ressignificado e resistido, em perspectiva foucaultiana, às práticas de poder heterocisnormativas por meio da produção de discursos de empoderamento feminino, que fazem emergir novas estratégias na dinâmica das relações de poder, modificando as práticas discursivas institucionalizadas e transformaram a constituição histórica de inferiorização das

mulheres como sujeitos iguais. No entanto, conforme Araújo (2001, p. 111), “[...] o sujeito não é dado definitivamente, nem é o portador da verdade, mas alguém que se constitui no interior da história e é cada vez fundado por ela”, pelas relações de poder e pelas estratégias de luta.

A respeito das práticas de objetivação, trazemos “As palavras e as coisas”, obra na qual Foucault (1999b) discorre sobre os modos pelos quais, a saber - na biologia, na economia e na filologia - são constituídos saberes sobre o homem, sobre como este é tomado como objeto de saber. Como explica Fernandes (2011, p. 17):

a objetivação dos sujeitos, quer seja no que concerne ao cuidado de si (o sujeito se objetiva como sujeito de identidade), quer seja no que se refere às determinações de outro (o sujeito é interditado, segregado, etc.), apresenta-se como efeito de uma subjetividade produzida pela exterioridade, o que implica inscrições dos sujeitos nos discursos.

Assim, buscaremos investigar as práticas de objetivação do empoderamento feminino e os modos como os seres humanos tornam-se sujeitos, e demonstrar a regularidade discursiva pelos quais no nosso tempo é possível uma investigação das transformações dos sujeitos que subverteram o jogo de poder do binarismo de gênero. O primeiro é o modo de investigação onde busca-se atribuir um estatuto de ciências à objetivação do sujeito do discurso pela linguagem. Para tanto, os enunciados do sujeito feminista tomam para si o protagonismo de sua existência, ressignificando condutas de comportamento, produzindo efeitos de verdade e possibilitando a circulação do objeto de empoderamento feminino, no qual se produz e se conduz.

A respeito dos efeitos de verdade, cabe ressaltar que essa discussão não está no escopo do verdadeiro e do falso, mas como há um regime de produção de verdades porque a constituição da subjetividade do sujeito em discussão neste texto ocorre pela via do discurso, que é objeto de disputa, de desejo e de poder. Sobre essa questão, Foucault (2010a, p. 233) elucida que tais regimes discursivos:

permitem a cada instante e a cada um pronunciar enunciados que serão considerados verdadeiros. Não há absolutamente instância suprema. Há regiões onde esses efeitos de verdade são perfeitamente codificados, onde o procedimento pelos quais se pode chegar a enunciar as verdades são conhecidos, previamente regulados.

Como há, para Foucault (2019, p. 53), um embate ‘pela verdade’ ou pelo menos, ‘em torno da verdade’ que o autor denomina de verdade/poder, ou seja, um “conjunto das

regras segundo as quais se distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeitos específicos de poder”. Assim, emergiu no século XX, o desejo por mudanças das práticas discursivas do comportamento imposto à mulher e que, por meio dos discursos de empoderamento e dos movimentos feministas, constituíram uma poderosa estratégia para desconstrução da estrutura patriarcal vigente, “a verdade é deste mundo; ela é produzida nele graças às múltiplas coerções e nele produz efeitos reguladores de poder.” (Foucault, 2019, p. 52).

Como afirma Fernandes (2011, p. 4), são os saberes articulados nos discursos que fazem emergir como “[...] os modos de subjetivação produzem sujeitos singulares e, portanto, mostram, por meio das análises dos discursos, os procedimentos mobilizados para a produção dos sujeitos”. Ainda em Foucault (1995), outra forma de objetivação do sujeito pode dar-se ainda pelo sujeito produtivo, que trabalha, produz riquezas e movimenta a economia. Para o autor, o Estado moderno que surgiu no século XVIII, é uma entidade sofisticada que atribuiu ao indivíduo um conjunto de modelos de existência muito específicos, pois produziu a individualização do sujeito ao mesmo tempo que o submeteu a processos constantes de padronização e uniformização. São estratégias que fazem funcionar o corpo produtivo através de dispositivos de poder e que necessariamente implicam novas formas de domínio social e cultural de produção de identidades.

Fernandes (2011, p. 7) reforça o conceito foucaultiano de poder como integrante das relações cotidianas entre os sujeitos que se manifestam no discurso, pois “[...] as relações de força são constantes em toda forma de existência de poder, são formas de agir sobre as ações dos outros”. Deste espaço produtivo de bens e mão-de-obra, emergiram novas relações e processos de constituição de sujeitos, pois o campo da atividade econômica se constitui também como campo de produção de significados e formas de existências específicas, como por exemplo, os de classes e de gêneros.

A luta das mulheres por direitos iguais no trabalho e na renda possibilitaram condições de existência específicas dos enunciados sobre o trabalho desenvolvidos pelas mulheres, como a proteção às gestantes e puérperas⁴ nas relações de empregabilidade, possibilitando a emergência de uma identidade feminina tanto nas condições de trabalho quanto na produção de bens de consumo. Datadas dos anos de

⁴ Para maiores informações a respeito da legislação vigente: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/navegue-por-temas/politicas-para-mulheres/arquivo/assuntos/saude-integral-da-mulher/direitos-e-legislacao>. Acesso em: 10 dez. 2024.

1920 e 1930, no Brasil, as primeiras reivindicações femininas sobre as relações de trabalho buscavam condições igualitárias de independência financeira e acesso ao emprego, mas os enfrentamentos de poder/saber travados no ambiente corporativo modificaram o comportamento das mulheres trabalhadoras e possibilitaram os discursos de transgressão sobre direitos específicos para a categoria, como licença-maternidade remunerada e garantia de estabilidade no emprego durante e depois da gestação, pois as mulheres compreendem que essas condições próprias do gênero contribuem para manter as desigualdades de acesso ao trabalho e a de ascensão na carreira.

Os movimentos de empoderamento feminino reconhecem a desigualdade dentro das relações de gêneros como forma de manutenção dos privilégios masculinos ao mesmo tempo que percebem as diferenças entre si mesmos, ou seja, é a reivindicação da diferença dentro da diferença. Os enunciados sobre igualdade de direitos possibilitam a emergência de diferenças específicas das mulheres em relação aos homens e suas condições de existência que suscitaram uma tomada de consciência em vários aspectos de sua realidade, não somente no gênero, mas em outras categorias que emergiram das condições de trabalho, como classe, raça e religião. A mulher se reconhece como sujeito coletivo de direitos à igualdade, à liberdade e à dignidade ao mesmo tempo que busca promover as mesmas oportunidades às mulheres que se encontram em desvantagens sócio/histórico/cultural não somente por serem mulheres, mas por serem mulheres negras, mulheres transsexuais ou mulheres indígenas.

À medida que a construção identitária de gênero serviu para problematizar papéis e normas hegemônicas tidas como naturais ou biológicas, há a demarcação a relação de poder arbitrária que impedia a autonomia e o reconhecimento dos corpos excluídos, pois ambos, corpos femininos e corpos marginalizados, eram violentados pelas mesmas matrizes de subalternização da cisgeneridade. A emergência dos discursos sobre construção social de gênero possibilitou a percepção dos limites da normalidade e suas fronteiras, assim como a possibilidade de formas outras de existência e de materialidade corporal, seja de sujeitos ou de identidade cultural, pois o efeito de sentido dos discursos de empoderamento possibilitaram também a visibilidade dos sujeitos desumanizados. A interseccionalidade, conceito apresentado por Greenshaw (1989), é uma ferramenta que propõe analisar a discriminação a partir de sua origem para compreender as raízes dos problemas e melhor combatê-los.

A teoria interseccional analisa como as diferentes identidades sociais, como a cor,

o gênero, a etnia, a classe social e a religião, de uma pessoa, combinadas (ou somadas) resultam em agravantes para a opressão. A autora exemplifica que uma mulher branca sofrerá machismo, uma mulher negra sofre machismo e racismo, um homem gay sofre LGBTfobia e um homem indígena gay sofre LGBTfobia e racismo. Entretanto, a intersecção dessas opressões pode se encadear e gerar um novo e mais violento tipo de opressão, como é o caso da mulher, negra e lésbica. Essas identidades sobrepostas (interseccionadas), principalmente em identidades marginalizadas, relacionam-se com sistemas e estruturas de opressão, dominação e discriminação, tornando ainda mais vulneráveis determinados grupos sociais, especialmente aqueles cuja identidades foram invisibilizadas pela dominação patriarcal, capitalista e colonialista que edificaram a sociedade ocidental.

Assim, atravessados pelos discursos de vulnerabilidade das classes sociais marginalizadas (Crenshaw, 1989), pela desnaturalização das diferenças e das identidades (Butler, 2019) e pela construção social de gênero (Beauvoir, 1980), produziram condições de possibilidade dos enunciados de diversidade de gênero e de constituição identitária que permitiram a emergência de vários movimentos que reivindicam novas formas de existência, fortemente demarcados pelas diferenças raciais, de classe, gênero, etnia e/ou sexualidade. Da mesma forma, o dispositivo de empoderamento atua na produção dos discursos de resistência que atravessam as linhas de subjetividade destes sujeitos, produzindo condições de possibilidade para as classes excluídas questionarem as bases das relações de poder e atuarem nas forças sistêmicas que as oprimem. Conforme Berth (2019, p. 20), “[...] o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinado contexto”. Para a autora, o empoderamento não é apenas conceitual, mas prática aplicável aos processos que permitem desvendar os caminhos válidos da própria prática, e até mesmo, a fissuras que permitem o escoamento do sentido real do poder como instrumento emancipatório dentro do sistema de dominação e opressão:

O processo de entendimento e desenvolvimento de cada uma dessas dimensões vai culminar no empoderamento de sujeitos em simbiose com o empoderamento da coletividade. E esse processo, além de necessário, é indissociável das lutas por emancipação sociopolítica (Berth, 2021, p. 66- 67).

Por isso, o feminismo contemporâneo, Bell Hooks, Conceição Evaristo e Simone

RE-UNIR, v. 12, n. 1. p. 78-96. 2025. ISSN – 2594-4916

de Beauvoir, a título de exemplificação, confronta o sistema de desigualdade entre gêneros no acesso aos meios de formação profissional em diferentes regiões do planeta, além de promover debates acerca da desvalorização do trabalho feminino, da invisibilidade das mulheres não-brancas ou da opressão das mulheres não binárias nas relações de trabalho. Além das pautas de divisão sexual do trabalho, o movimento entende que, para se livrar completamente da dominação patriarcal, a sociedade precisa superar suas formas de organização tradicionais, possibilitando o acesso das mulheres às oportunidades de trabalho e inserção ao mercado de trabalho idênticas ao do homem em qualquer circunstância.

Além disso, a forma como cada mulher desenvolve sua potencialidade depende primordialmente dos aspectos globais de sua existência e das suas condições de acesso ao trabalho, à saúde e à educação. Então, os movimentos atuais reivindicam cada vez mais espaços de liderança política para mulheres, tanto no cenário local como internacional, como forma de desarticulação da opressão feminina na produção e consumo de bens, na formação profissional e na inserção equitativa ao mundo corporativo.

As práticas discursivas do empoderamento feminino que problematizam as relações sexistas da divisão do trabalho como forma de dominação de um gênero sobre o outro são discursos de objetivação do sujeito feminista, que aliado aos discursos de objetivação do sujeito produtivo, podem promover condições de igualdade entre os gêneros, pois ao produzir riquezas e participar da distribuição igualitária da economia, a mulher pode ser capaz de usufruir de forma idêntica do consumo de bens e produtos do capital e se reconhecer como sujeito independente em relação ao outro. Compreender essa diferente forma de subjetivação das mulheres nos permite engendrar nas relações de poder que legitimam os procedimentos e as técnicas que atuam no comportamento dos indivíduos e modificam sua maneira de conduzir-se a si e ao outro, possibilitando estratégias múltiplas de governo pelo o qual o indivíduo se torna sujeito de sua própria história.

Conforme nos aponta Foucault (1995), compreende-se o modo pelo qual um indivíduo se torna sujeito pela forma como os seres aprendem a se reconhecerem como sujeitos de um determinado objeto e sua relação consigo mesmo e com o outro, pois estamos sempre colocados em relações de poder e de significações específicas que nos leva a evocar um progresso da racionalização em geral. Assim, incentivar a equidade

social é garantir a igualdade de oportunidade de trabalho e produção de bens ao mesmo tempo que promove o respeito às diferenças e garante o direito às especificidades da condição da mulher trabalhadora e os direitos inerentes a elas, como gestação, maternidade e amamentação sem perder a estabilidade no mercado de trabalho, como já se explicou ao longo deste texto até aqui.

Por fim, em um terceiro momento, Foucault (1995) nos leva a refletir como os processos de existência e percepção do momento histórico nos possibilitam condições de produção de verdades sobre nós mesmos e sobre o outro. As estratégias discursivas validam as relações de poder e promovem novas formas de condutas e comportamentos que são aceitáveis em determinadas épocas, primeiro interditando e excluindo alguns enunciados e depois possibilitando a emergência daqueles que são controlados e delimitados.

As lutas representam formas de exercício de poder e formas de resistência ao poder concomitantemente, pois o que se questiona é o modelo pelo qual o saber se instaura e as questões que investiga, em especial as questões que possibilitam a produção de sujeitos dentro destas lutas de poder. Para Foucault (1995, p. 235), “[...] o principal objetivo destas lutas é atacar, não tanto ‘tal ou tal’ instituição de poder ou grupo ou elite, mas, antes, uma técnica, uma forma de poder”. O que caracteriza o jogo das relações de poder é a capacidade que determinados dispositivos possuem para modificar as coisas, a aptidão de inscrever no corpo um conjunto de ações que induzem a instrumentalização de regras de condutas e a investigação de padrões que são aceitáveis em determinado campo do saber.

Dentro das práticas de objetivação do corpo feminino podemos perceber os regimes de enunciabilidade e visibilidade que emergiram no campo do saber em várias instituições de nosso tempo, como na medicina, ou no direito, cada qual a seu modo, como elas governam os sujeitos femininos e possibilitam que falem de si através da operacionalização do dispositivo de empoderamento feminino.

Dentre os discursos de empoderamento feminino estão os saberes da medicina sobre o corpo da mulher que possibilitaram autonomia e liberdade, uma vez que desmistificaram os principais estigmas de dependência feminina, como a fragilidade física e emocional, além de derrubarem tabus como menstruação, virgindade, prazer sexual e aborto. As mulheres passaram a falar abertamente das imposições sociais que limitavam seus direitos e as confinavam às condutas de submissão e preconceito, pois, enquanto

os discursos machistas incentivam as práticas de liberdade do corpo masculino, produzem o encarceramento dos desejos da mulher. Enquanto ao homem é dado o direito de explorar sua sexualidade e desenvolver sua virilidade, à mulher cabia apenas o papel de casta ou prostituta, mas, em ambos os casos, seus corpos eram regulados sob a ótica masculina, para atender seu prazer ou para a manutenção do poder patriarcal.

O fato é que reduzir o corpo feminino às funções reprodutivas é retirar da mulher a autonomia sobre seu corpo e sua liberdade. Ao mesmo tempo que postulam o reconhecimento dos direitos das mulheres sobre áreas específicas do corpo feminino, como por exemplo, o direito reprodutivo, o direito ao aborto seguro e à sexualidade. Mas, para desnaturalizar as desigualdades entre homens e mulheres, não basta apenas lutar por reconhecimento de direitos é preciso também lutar contra a violência institucionalizada como a cultura do estupro, da violência de gênero e da violência sexual⁵.

As mulheres se reconhecem nesta produção de saberes que legitimam a tomada de poder que possibilita a transformação de sua existência, desatrelando principalmente a imagem coletiva de mulher santa ou pecadora, construindo discursivamente outros espaços e formas de existência que perpassam por novas realidades e regulação de novas condutas.

O feminismo, em seu regime de dispersão, mas com a regularidade discursiva enquanto movimento social de redução das desigualdades entre gêneros, não apenas produz instrumentos de poder contra a supremacia masculina, mas instaura um novo jogo de poder para produção de verdades que promove a igualdade de direitos, a liberdade de existência e a autodeterminação dos corpos para todos os gêneros. Como nos aponta Fernandes (2011, p. 3), “[...] o corpo consiste em enunciado para o discurso, ele promove a construção social de um sujeito e a subjetividade como produto entre virtualidades produzidas, resulta de práticas diversas, advindas de saberes que envolvem uma pluralidade de discursos”.

As práticas de subjetivação são formas de constituição dos sujeitos e Foucault (1995) nos aponta diferentes formas de subjetivação e objetivação destes sujeitos por meio dos discursos que funcionam como mecanismos destinados à constituição da subjetividade, seja por meio da produção do conhecimento, pelos discursos de objetivação de separação de condutas ou pelas maneiras pelas quais os sujeitos se

⁵ Dados disponíveis em <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/publicacoes>. Acesso em: 25 nov. 2024.

significam diante das concepções culturais. O fato é que os discursos são ferramentas que possibilitam a apreensão dos sujeitos em lugares exteriores a ele através de um jogo de regras de transformações que o remodela e determina novas formas de comportamento e controle de formas de agir. Para Foucault (1995, p. 231), “[...] o sujeito é dividido no seu interior e em relação aos outros. Esse processo o subjetiva”.

O corpo torna-se objeto passível de consciência crítica e regulações e constitui diferentes modos de subjetivação dos sujeitos, não apenas submetido a práticas de coerção, mas se conduzindo a novas práticas de existência. O empoderamento feminino possibilitou a constituição de um sujeito que busca deslocar-se das condições impostas pela sociedade patriarcal e encontrar outras formas de verdade. O empoderamento permite que o sujeito seja capaz de tomar decisões e gerenciar sua vida, diminuir as desigualdades sociais ao possibilitar a inclusão das classes marginalizadas através das reivindicações de igualdade de gênero, além de buscar espaços de convivência menos opressores e violentos.

A subjetividade, segundo Foucault (2019), é um processo de subjetivação que proporciona aos sujeitos uma atitude crítica de si através da escuta de si e do cuidado de si. Ela estabelece a normatização de condutas nas quais os sujeitos estão inseridos, ou seja, pensar práticas de liberdades a partir de uma determinada norma, um certo número de regras, de estilos e de convenções que inseridas nestes discursos permitem novas maneiras de se comportar, viver e se (re)organizar.

Por fim, podemos concluir que, nesse processo de construção da subjetividade, são incorporados padrões de comportamento e de valores com relação ao corpo e a identidade. São produções metodológicas de saberes que estabelecem modelos estéticos, éticos e políticos de existência, fixando formas de existências específicas através de um conjunto de procedimentos que preveem estrategicamente a sustentação de um dispositivo de poder. Assim, a respeito da subjetividade e da ética, partimos para as questões do cuidado de si e da produção da subjetividade no escopo do empoderamento feminino.

Genealogia da ética, o cuidado de si e a sociedade de controle

Foucault (2004) não se preocupa em descrever como os sujeitos devem agir diante de certos princípios éticos ou de como devem se comportar se frente aos códigos

morais, mas busca investigar como estas duas condições se organizam no processo de constituição do sujeito. A ética do sujeito investiga como os indivíduos se posicionam em relação a si mesmos, perante os códigos e princípios culturalmente impostos e elabora à sua maneira de ser e de viver diante deles. Para Foucault (2004), a ética é um campo de problematização e não uma fundamentação da ação moral e se utiliza da genealogia para analisar esse campo específico e, para tanto, recua até as civilizações grega, romana e cristã para diagnosticar as formas de agir do sujeito moderno e a importância destas culturas para compreender o tempo presente.

O autor busca encontrar nos pensamentos clássicos os direcionamentos propostos da problematização das condutas da ética dos homens livres e determinar em que momento da história da civilização ocidental o sujeito se constituiu pela normalização da disciplina e do biopoder, assegurados pelos procedimentos de poder do corpo humano transpassados pelos mecanismos de intervenções e regulações sobre a vida da população e do indivíduo (Foucault, 1999a). Durante esse percurso histórico, a humanidade evoluiu progressivamente para as formas de uma ‘verdadeira cultura de si’, um preceito amplo, segundo o qual os sujeitos se ocupam de si mesmo. Para Foucault (2019, p. 58), o princípio de cuidado de si:

[...] também tomou a forma de uma atitude, de uma maneira de se comportar, impregnou formas de viver; desenvolveu-se em procedimentos, em práticas e em receitas que eram refletivas, desenvolvidas, aperfeiçoadas e ensinadas; ele constitui, assim, uma prática social, dando lugar a relações interindividuais, a trocas e comunicação e até mesmo instituições, ele proporcionou, enfim, um certo modo de conhecimento e de elaboração de um saber.

No entanto, a genealogia é uma estratégia que não busca encontrar a origem de um objeto no decorrer da história, mas explicar como este objeto já dado é diagnosticado no processo de constituição dos sujeitos, ou seja, o que hoje é um princípio normativo foi antes um campo problemático cuja análise auxilia na proposição de um diagnóstico do presente. Essas considerações são importantes para compreender que o empoderamento feminino se constituiu sobre uma plataforma de regimes discursivos que produziram condições para visibilizar o poder feminino e legitimar as lutas pelo direito de igualdade e liberdade de existência.

Se afirmamos antes que os enunciados de empoderamento possibilitaram a emergência de um processo de libertação dos discursos de opressão, isso se deu através

das técnicas do governo e cuidado de si, da política de ocupar-se consigo mesmo e dos cuidados que deve ter com seu próprio ser. Para Foucault (2004), o poder não se localiza no Estado, mas em uma rede complexa de relações de moral e ética que definem regras de conduta. No mesmo sentido, Candiottto (2013, p. 220), nos aponta que vários elementos se associam para definir determinadas regras de conduta da moral, sendo:

a moralidade dos comportamentos, que é a conduta que se pode medir por aquelas regras e a ética, caracterizada pelas modalidades de relação consigo estabelecidas pelo sujeito moral quando segue uma ou outra regra. Se de um lado a ética, compreendida neste sentido peculiar, é praticamente ignorada, por outro, prevalece a ambiguidade em torno da definição de moral, uma vez que ela oscila entre sua identificação com o código moral e sua equivalência à moralidade dos comportamentos.

A genealogia da ética foucaultiana não se define nem pelos códigos morais impostos, nem tão pouco pela valoração das condutas em si, mas pela própria ética como constitutivo da moral, pois é pela ética que se pode identificar o real comportamento do agente, na maneira como conduz se a si mesmo diante destas regras de comportamento impostas. Para Foucault, a moral, enquanto elemento constitutivo da ética, é a maneira pela qual os indivíduos são transformados no seu modo de ser pelo exame de si (Foucault, 2014). Neste sentido, o empoderamento feminino instrumentaliza as mulheres com discursos de valorização de suas potencialidades, mas também, percebendo-se como seres de identidades múltiplas. Ela se percebe num espaço de possibilidades, ou seja, a mulher pode 'ser' e 'estar' em ambientes por escolha e não por imposição, sem que estas escolhas sejam julgadas, ou delimitadas pela sua condição de mulher.

A conduta ética possibilita que o sujeito se reconheça como sujeito moral, subjetivado pelos códigos (regras) de seu tempo e estabelece seu modo de agir (governar-se) a partir dos enunciados (normas) que possibilitam sua conduta individual. Para Foucault (2004), o governo de si pela razão e pelas práticas de liberdade são fundante do sujeito moderno, que é construído historicamente pelos jogos de saberes que o subjetiva numa intrínseca dualidade, pois é, ao mesmo tempo, um sujeito que conhece a si e enuncia uma verdade de si e o outro que é objeto, sobre o qual a verdade é produzida, ou seja, é constantemente objetivado e subjetivado pelos enunciados que circulam em seu contexto social

A genealogia deve ser entendida centralmente como método de análise de práticas microfísicas, de relações moleculares e de produção de

corpos concretos, proposto como ferramenta e instrumento para o esboço de uma história do presente, que possibilita, em última instância, uma crítica e a transformação do nosso mundo e daquilo que somos (Prado Filho, 2017, p. 313).

Na cultura grega, predominava o domínio ativo do sujeito entre o governo de si e o governo dos outros, promovendo a indissociabilidade entre a ética e a política. a cultura romana foi marcada pela experiência do cuidado de si onde este sujeito também ativo promovia a longevidade e o acesso à sabedoria, já na experiência reativa, característica da cultura cristã, o cuidado de si era centrado nas práticas de confissão e interiorização. Para Prado Filho (2018, p. 94), a ética moderna dos sujeitos contemporâneos se constitui das experiências de todas as vivências anteriores:

Vale ressaltar a complexidade da experiência ética moderna que engloba elementos de todas as experiências antecedentes – da estética da existência grega, do cuidado de si romano e da hermenêutica confessional cristã – além de introduzir suas próprias invenções: o racionalismo cartesiano, o utilitarismo e o produtivismo capitalista, o individualismo liberal, a moral burguesa, a heteronormatividade sexual, os elementos constitutivos da cultura e da subjetividade moderna.

O sujeito contemporâneo está em constante produção da estetização da subjetividade, seja pelo cuidado e produção de si mesmo, ou pelas práticas de resistência aos dispositivos de poder que os atravessam. No entanto, o século XXI produziu novas tecnologias para categorizar e normatizar estes corpos, principalmente em relação à produção dessa subjetividade. Neste sentido, as redes sociais e a intrínseca rede de divulgação de fatos e notícias compõem um dispositivo de poder de dupla função, pois, ao mesmo tempo que promove novos conhecimentos acerca de determinado conteúdo, também age como moderno panóptico das práticas de conduta, punindo e encarcerando determinados comportamentos.

No entanto, são os dispositivos de comunicação modernos, principalmente as redes sociais, que fomentam e promovem as novas práticas de constituição identitária, em especial no que tange os discursos de transgressão e resistência, possibilitando a constituição de um sujeito ativo/reactivo de si mesmo, pois é possível perceber a subjetividade na produção destes corpos, impondo disciplinas e normas de condutas onde ao mesmo tempo se produz e se conduz.

O governo de si e do outro, a vigilância, a confissão, a regulação de condutas e, ainda mais recente, a normatização das possibilidades discursivas são práticas de

subjetivação comuns que se desenvolvem sob diferentes vetores de força, podendo se propagar nas transformações de si mesmo ou no exercício de liberdade e linhas de fuga. As redes proporcionam visibilidade e condições de possibilidade de enunciados que circulam rapidamente pela sociedade operando identidades, assim como também estabelece igualdades e diferenças, numa diversidade de relações destes sujeitos com a pluralidade, efeito notório da sociedade de controle.

A vigilância permanente é instituída em todas as esferas sociais, uma espécie de confinamento que é público e privado, mas a subjetividade ainda está vinculada às instituições, pois o aspecto disciplinar não desapareceu, apenas mudou seus procedimentos, a disciplina é diluída, invisível e contínua. Todos podem vigiar e ser vigiados e os espaços públicos se tornaram permanentes panópticos morais. Na sociedade de controle, o poder é líquido e diligente, a disciplina é determinada virtualmente e a submissão é espontânea.

Trata-se, portanto, de um processo de disciplinarização do corpo. Sobre esse aspecto, o poder disciplinar se exerce na forma de técnicas e mecanismos que possibilitam o controle do corpo por meio das sujeições dos indivíduos a uma norma social (Foucault, 2019). O biopoder, segundo Foucault (2019), é uma técnica específica de exercício do poder do Estado moderno concretizado pela individualização e totalização dos sujeitos a partir das práticas disciplinares que regulam o corpo da população pela gestão biológica da espécie humana. As técnicas de disciplina fabricam os indivíduos, pois “[...] ela é a técnica específica de um poder que toma os indivíduos ao mesmo tempo como objetos e como instrumentos de seu exercício” (Foucault, 2014 p. 167). É um efeito de poder que tem a função de adestrar os corpos numa multiplicidade de elementos individuais, “[...] pequenas células separadas, autonomias orgânicas, identidades e continuidades genéricas, segmentos combinatórios” (idem, p. 167).

O poder advém da articulação de uma rede de saberes promovidos por diversos segmentos da sociedade que, apoiada por diferentes instituições, moldam a maneira de se constituir e se relacionar com o corpo. Para Foucault (2008), essa rede de saberes é constituída por uma textura histórica que só pode ser compreendida se associada às relações de poder que transpassam a produção dos efeitos de verdades que lhes são intrínsecas. Os movimentos de empoderamento feminino produziram intensas mudanças sociais, econômicas e políticas nas primeiras décadas do século XXI, apoiadas principalmente pelos avanços tecnológicos e científicos que possibilitaram a emergência

de novos modos de subjetivação, que são produzidos e disseminados pelo próprio movimento. Os sujeitos feministas ainda estão submetidos à ação do poder e do controle governamental, mas eles já não são mais tão facilmente capturáveis pelos limites institucionais tradicionais, pois estão transformados pelos discursos de empoderamento e suas técnicas de poder disciplinar.

Para esse tipo de arranjo social, Deleuze (1992), propõe o termo “sociedade de controle”, uma vez que o controle não opera através do confinamento, mas por meio da vigilância contínua da comunicação instantânea. Na sociedade de controle, pressupõe-se a construção de um corpo individual, não por meio de técnicas disciplinares, mas através do controle que se baseia nos modelos de empresa e capital, onde o sujeito difunde-se em instituição para alcançar as metas erigidas pela sociedade. As técnicas de disciplinarização da meritocracia servem de exemplo contemporâneo de controle dos corpos que buscam promover a autonomia das classes marginalizadas através do esforço individual e do autoconhecimento. Neste viés, o empoderamento feminino contribui amplamente com as práticas neoliberais, colaborando com a ideia de que a liberdade está associada à independência financeira e ao sucesso. Na sociedade de controle contemporânea, essa produção de “tecnologia do eu” ou ‘artes de viver’ são ferramentas básicas de controle da vida, procedimentos acerca dos sujeitos que, por meio das redes de informações amplamente disponíveis atualmente, produzem-se normas segundo as demandas do mercado, aos quais os sujeitos buscam adequar-se (Deleuze, 1992).

A pauta do empreendedorismo feminino tem colaborado com o conceito de igualdade de gênero para eliminar as disparidades sociais entre homens e mulheres, atribuindo a emancipação da mulher importante elemento para a promoção da liberdade e da autonomia. Tanto que as Nações Unidas instituíram o dia 19 de novembro como o ‘Dia Internacional do Empreendedorismo Feminino’, que, em ações globais⁶, buscam incentivar as mulheres que criam e comandam seus próprios negócios. Essas instituições promovem um verdadeiro movimento de incentivo e participação para as mulheres conduzirem suas carreiras como um projeto profissional, gerenciarem seu próprio negócio e promoverem lideranças femininas no mercado de trabalho.

⁶ Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/114344-dia-internacional-da-mulher-celebra-os-esfor%C3%A7os-das%C2%A0mulheres-na-constru%C3%A7%C3%A3o-de-um-futuro-mais>. Acesso em 13 dez. 2024.

Assim, o controle é mantido pela articulação destes saberes que possibilitam a emergência de uma identidade possível, é pelo caráter produtivo, e não tanto repressivo, que o poder produz e incita, antes de reprimir ou interditar, condutas individuais e coletivas. Na sociedade de controle, as instituições que visam à disciplinarização não possuem um limite exclusivamente delimitado, elas se entrecruzam, convivem mutuamente com diferentes formas de controle social, e nem sempre é possível detectar as formas de poder que disciplinam os sujeitos feministas. É certo, no entanto, que o controle desta estrutura disciplinar existe e continua incidindo sobre os corpos para mantê-los “dóceis”, através, principalmente, dos valores capitalistas e da incitação ao consumo. Essa estrutura é facilmente percebida quando constatamos a infinita gama de produtos e serviços destinados ao público feminino e ao Pink Money.⁷ Dessa forma, compreendemos que a composição dos modos de subjetivação se constitui pela valorização de determinados modos de ser e que as formas de controle são empregadas para capturar sujeitos, e se implementam não apenas pelo controle do corpo, mas buscam, também, capturar as subjetividades e os desejos desses sujeitos.

O empoderamento defende um conjunto de ações e relações para consigo e para com o outro, em que o sujeito se subjetiva à prática do cuidado de si como um dever elaborado de askesis (exercícios) para conquista da liberdade, assim como uma prática para superar as desigualdades que imperam nos grupos periféricos, exercendo a enkrateia que se caracteriza pelo domínio de si, através da luta e da moderação. A ética do cuidado de si é uma estética de vida que não se baseia em códigos morais, mas que se fundamenta em práticas de reflexão, autoconhecimento e transformação de si mesmo.

Considerações finais

É fato também que a sociedade contemporânea foi constituída pelas regulações do dispositivo da sexualidade que emergiram no século XVIII, subjetivando os sujeitos que nela vivem, normatizando suas necessidades, desejos e possibilidades, além de produzir toda uma técnica de poder de enclausuramento do sexo, ao mesmo tempo que visibilizava o jogo de lícito e ilícito que lançaram luzes para a emergência dos discursos de transgressões. Essa técnica de poder do sexo constituiu quem somos hoje em dia, sujeitos binários, presos aos processos de padronização biológica de gênero e subvertido

⁷ Pink Money é o termo usado para descrever o poder de compra das comunidades LGBTQIAP+ e potencial de consumo de diversos produtos e serviços.

a um domínio machista para captação e manutenção dos privilégios de uma classe heteronormativa. Esse sujeito, constituído historicamente por esses jogos de poder e saber que normatizaram as práticas de regulação e controle do corpo, atrela a divisão de gêneros apoiadas unicamente nos órgãos sexuais, e sedimentou os efeitos de verdade deste dispositivo da sexualidade.

Assim, diante de tais premissas, podemos confirmar que o empoderamento se constitui como um dispositivo de poder, pois, através dos processos de objetivação e subjetivação, produz formas outras de subjetividade, possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade pela ética e pelo cuidado de si, ao mesmo tempo que materializam enunciados de resistência aos discursos hetero(cis)normativos sobre sexualidade, sexo e gênero, e que foram, pelos discursos de transgressão, ressignificados pelo movimento LGBTQIAP+ e possibilitaram condições de possibilidade dos enunciados sobre igualdade e diversidade de gênero. O empoderamento promoveu a constituição de sujeitos ativos/reactivos de si mesmo, no qual é possível identificar uma produção da subjetividade nestes corpos, impondo disciplinas e normas de condutas, ao mesmo tempo que se produz e se conduz.

O empoderamento como dispositivo é uma possibilidade que vislumbramos como analistas do discurso, porque ele ainda não está dado, parte do pressuposto que a emergência desse enunciado e sua constituição, enquanto dispositivo de poder, produz formas outras de subjetividade, possibilitando aos sujeitos o exercício de práticas de liberdade pela ética e pelo cuidado de si, ao mesmo tempo que materializam um processo de resistência aos discursos hetero(cis)normativos sobre sexualidade, sexo e gênero. Para Foucault (2019), o processo de subjetivação do sujeito move-se na direção de uma estética da existência, uma liberdade de dizer a verdade de si próprio, constituindo-se ética e moralmente. Um sujeito passível de transformação que se inventa e se organiza em torno da capacidade de modificar sua realidade, num processo de modificação de si.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Inês Lacerda. *Foucault e a crítica do sujeito*. Curitiba: Ed. da UFPR, 2001.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo*, v. I. Tradução Sérgio Milliet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BERTH, Joyce. *Empoderamento*. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019. 184 p.
- BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. 17ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

- CANDIOTTO, César. A genealogia da ética de Michel Foucault. *Educação e Filosofia* (UFU. Impresso), v. 27, p. 217-234, 2013
- CRENSHAW, Kimberlé W. *Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politic*. University of Chicago, Legal Forum, 1989.
- DELEUZE, Gilles. *Conversações*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992.
- FERNANDES, C. *Discurso e produção de subjetividade em Michel Foucault*. 2011. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/61106619/Discurso-e-producao-de-subjetividade-em-Michel-Foucault>. Acesso em: 2 out. 2024.
- FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In RABINOW, P. e DREYFUS, H. Michel *Foucault: uma trajetória filosófica – para além do estruturalismo e da hermenêutica*. Tradução de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense-Universitário, 1995, p. 231-250.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade 1: a vontade de saber*. 13ª ed. Rio de Janeiro: edições Graal, 1999a.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas / Michel Foucault ; tradução Salma Tannus Muchail. — 8ª ed. — São Paulo : Martins Fontes, 1999b*.
- FOUCAULT, Michel. A ética do cuidado de si como prática de liberdade. In *Ditos & Escritos V – Ética, Sexualidade, Política*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004, p. 264-287.
- FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Tradução de Luiz Felipe Baeta Neves. 7ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *A ordem do discurso: aula inaugural no College de France, pronunciada em 02 de dezembro de 1970/Michel Foucault*. Tradução Laura Fraga de Almeida Sampaio. 24ª ed. São Paulo. Edições Loyola, 2014.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Organização, introdução e revisão de Roberto Machado. 9ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2019.
- PRADO FILHO, Kleber. A genealogia como método histórico de análise de práticas e relações de poder. In *Revista de Ciências Humanas*. Florianópolis: V. 51, nº 2. 2017, p. 311-327.
- PRADO FILHO, Kleber. Estetização da subjetividade: formas contemporâneas de cuidado e produção de si mesmo. *Caderno Discursivos*, Catalão-GO, Edição Especial, v. 2 nº 1, p. 92-103, 2018 (ISSN: 2317-1006 – online)
- RIBEIRO, Djamila. *O que é: lugar de fala?* Belo Horizonte-MG: Letramento: Justificando, 2017.
- SILVA, Tomaz Tadeu (org). *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*. Petrópolis: Vozes, 2000.

Artigo submetido em: 16/10/24

Artigo aceito em: 03/01/25